

## RESPOSTAS EUROPEIAS PARA A CRISE INTERNACIONAL<sup>1</sup>

*Elena Lazarou<sup>2</sup>*

*“Ação é necessária em todos os níveis – global, europeu e nacional – e em todos os setores financeiros. Nós devemos trabalhar com nossos parceiros para convergência no sentido de altos padrões globais, por meio do FMI, FSF, Comitê da Basileia e processos do G20. Isto é crucial. Porém reconhecamos também que a implementação e imposição desses padrões somente será efetiva e duradoura se a União Europeia, detentora dos maiores mercados de capitais do mundo, tiver um sistema forte e integrado de regulação e supervisão.”* Relatório De Larosière, Bruxelas, 29 de Fevereiro de 2009.

### INTRODUÇÃO

A segunda metade da década de 2000 trouxe consigo rumores sobre diversas crises na União Europeia (UE): legitimidade, demografia e solidariedade foram todas discutidas em algum momento como fatores que ameaçavam desacelerar ou obstruir o processo de integração do continente, particularmente após o fracasso da ratificação da Convenção Constitucional em 2005. Nenhuma crise, no entanto, superaria os cenários de dissolução que acompanharam a crise financeira que estourou em 2007 ou a forma com que

- 1 A autora gostaria de agradecer Konstantinos Papanikolaou pela ajuda na pesquisa, e Dani Nedal e Geraldo Zahran pela ajuda com a tradução.
- 2 Elena Lazarou é professora assistente e pesquisadora do Centro de Relações Internacionais da FGV no Rio de Janeiro. A autora é também pesquisadora do Center for International Studies, da Universidade de Cambridge, mesma instituição em que completou seu doutorado.

suas implicações foram manifestadas na UE. Falava-se amplamente de desintegração da União, ou pelo menos da zona do euro, e a solidariedade entre os membros do bloco alcançou seu nadir (Tsoukalis, 2011).

A crise financeira global levou a altos níveis de desemprego, a queda no crescimento estrutural e a níveis de endividamento excessivos na Europa. O envelhecimento da população e uma crescente dependência de recursos agravaram a crise. Mais importante, e contrariando algumas expectativas, o impacto da crise variou significativamente de país a país e entre o Norte e o Sul da União. As implicações para a estabilidade e a solidariedade do processo de unificação foram inevitáveis: em menos de dois anos, ampliou-se a distância entre os doadores e recipientes na UE, resultando em previsões pessimistas para o futuro da integração regional e na falta de apoio à UE em muitos dos países-membro. Os diferentes graus de prejuízo entre membros do bloco ilustraram os riscos inquestionáveis e as obrigações que resultam da integração, especialmente da união monetária. No momento da redação deste artigo, em março de 2011, a UE – especialmente sua região sul – ainda enfrenta os desafios gerados pela crise.

Neste contexto, o presente capítulo visa apresentar os efeitos da crise financeira global sobre a União Europeia, bem como as respostas pelas quais a UE optou para lidar com a crise. A primeira parte do capítulo oferece uma cronologia da crise, dando especial atenção ao caso da dívida grega e suas consequências para outros países, notadamente Irlanda e Portugal. Em seguida, descreverei as várias propostas apresentadas como solução e as reações e debates sobre tais propostas em diferentes partes da UE. Ao longo do capítulo, comentários serão feitos e conclusões serão tiradas sobre o impacto da crise no processo de integração, contribuindo para o debate sobre em que medida a crise fortaleceu o multilateralismo ou levou ao retorno do unilateralismo, protecionismo nacionalista e a busca por alternativas à abordagem regional.

## A CRONOLOGIA DA CRISE NA EUROPA

### **Primeiros acontecimentos e respostas**

A atual crise financeira global tem proporções sem precedentes na história do pós-guerra. Apesar de algumas de suas características serem compartilhadas com outras crises anteriores, como o período de rápida expansão de

crédito, excesso de liquidez e preços de ativos altíssimos que a antecedeu (como a crise asiática do final dos anos 1990), a interconectividade global que levou a um rápido efeito dominó contribuiu para sua dimensão global e impacto prolongado.

Em sua fase inicial, no final de 2007, quando a crise estourou, era percebida predominantemente como um problema de liquidez que afetaria quase exclusivamente a economia norte-americana e deixaria a Europa relativamente ileso (European Economy 7-2009).

No ano seguinte, esta avaliação inicial se revelou ingenuamente otimista. Os acontecimentos dramáticos associados à falência da Lehman Brothers, em setembro de 2008, geraram temores do colapso de grandes instituições financeiras norte-americanas e europeias, que seriam acompanhadas pela total desintegração do sistema financeiro global, contração no crédito, desaceleração do comércio internacional e quedas nas vendas industriais e de outros bens. Frente a este cenário, a UE entrou na maior recessão desde a assinatura do Tratado de Roma.

À medida que projeções para o crescimento econômico foram reduzidas drasticamente e o PIB da UE se contraiu, os esforços para acelerar a economia passaram a encabeçar a agenda da União e do Banco Central Europeu (BCE), bem como as agendas dos países-membro e seus respectivos bancos centrais. De acordo com a Comissão Europeia, “a situação teria certamente sido pior se bancos centrais, governos e autoridades supranacionais [...] não tivessem respondido ativamente” (2009, p. 9). No entanto, para a UE como um todo, a crise trouxe à tona novas questões e desafios, especificamente sobre como uma união monetária supranacional poderia lidar com uma crise de tamanhas proporções e que mecanismos seriam necessários para responder de maneira coordenada e coletiva neste novo ambiente. Lições do passado, particularmente da Grande Depressão dos anos 1930, ressaltavam a necessidade de ação governamental para evitar o colapso do sistema financeiro, sustentar o nível da demanda agregada e combater tendências deflacionárias por meio de políticas monetárias e fiscais expansionistas. Essas lições também sugeriam a necessidade de se evitar o protecionismo e a subsequente retração do comércio, garantindo a continuidade dos fluxos transnacionais de capital. Por fim, as nações no pós-guerra haviam trabalhado duro para construir uma estrutura de governança econômica global, de forma a facilitar a implementação de políticas para tais fins. Contudo, essas lições e este sistema foram formulados

em uma época na qual prevaleciam como atores no sistema internacional estados autônomos e independentes. A simples existência da UE enquanto entidade supranacional com competências para formular políticas vinculantes para seus membros, inclusive na área de políticas monetária e econômica na zona do euro, introduz diversos desafios ao aproveitamento dessas lições na atualidade.

A partir dos acontecimentos de setembro de 2008, teve início a busca por políticas que mitigassem os efeitos da crise e renovassem o otimismo da UE sobre futuro, levando a um número sem precedentes de encontros dos líderes e políticos do bloco em diferentes formatos, e à produção de numerosos relatórios, conclusões, propostas e decisões. À medida que cresceram as dúvidas sobre o sucesso do projeto de integração europeu, e, em especial, seu aspecto econômico e monetário, cresceu também a atividade a nível regional, dando maior voz ao que os neofuncionalistas chamariam de “empreendedorismo supranacional” (Haas, 1993).

## Respostas

De outubro de 2008 até o momento, as discussões sobre soluções para a crise dominaram a agenda da UE. Após os encontros do Eurogrupo e do Conselho para Assuntos Econômicos e Financeiros (ECOFIN), os chefes de Estado e de governo dos países da zona do euro se reuniram em caráter emergencial, em 12 de outubro de 2008, e chegaram a um acordo sobre as ações necessárias para restaurar confiança e o correto funcionamento do sistema financeiro. Com base no Tratado da União Europeia, que prevê pacotes de ajuda a membros com severas dificuldades econômicas, o Conselho aprovou medidas que ajudariam a restaurar a confiança em mercados nacionais sem distorcer a competição. Ao mesmo tempo, a Comissão apresentou uma proposta de revisão das regras para esquemas de garantia de depósitos, aumentando a proteção mínima para depósitos bancários em até €100.000 (10/2008).

A reforma do sistema financeiro internacional foi o segundo ponto chave da estratégia europeia para enfrentar a crise dentro e fora de suas fronteiras. Na reunião dos dias 15 e 16 de outubro, o Conselho Europeu “declarou sua intenção de buscar ação planejada e global para proteger o sistema financeiro e os interesses dos contribuintes. Enfatizou também a necessidade de medidas para fortalecer regras e supervisão dos mercados financeiros europeus e inter-

nacionais”, e propôs por meio do ECOFIN e do Eurogrupo, um pacote de resposta internacional para a crise financeira. Em seguida, a Comissão criou o Grupo de Alto Nível para Supervisão Financeira na UE, presidido por Jacques de Larosière, visando estabelecer um novo marco regulatório vislumbrando políticas prudenciais e de supervisão mais desenvolvidas.

O imperativo de encontrar uma resposta coordenada levou, em novembro de 2008, à adoção do Plano Europeu de Recuperação Econômica (EERP, na sigla em inglês) pela Comissão. O plano visava à restauração da confiança de empresários e consumidores, destravar o crédito e estimular investimento nas economias europeias, criar empregos e ajudar os desempregados a voltar ao trabalho. Seu propósito era criar uma base para acordos rápidos entre estados-membro para revitalizar a economia europeia. O plano foi adotado pelo Conselho Europeu em 11-12 de dezembro de 2008. Acordou-se que este corresponderia a aproximadamente 1,5% do PIB da União Europeia – algo em torno de €200 bilhões. Consistência e efetividade foram apontadas como objetivos principais.

Entretanto, a crise financeira continuava a assolar a Europa e, contra as expectativas dos arquitetos do plano, seus efeitos apenas se agravavam. No início de 2009, o Conselho revisou a implementação do EERP. Antecipando a reunião de primavera do Conselho Europeu, a Comissão publicou um comunicado intitulado “Impulsionando a Recuperação Europeia”, no qual propunha “restaurar confiança e empréstimos no setor bancário, consertar mercados financeiros e ajudar as pessoas durante a crise”. Ainda, a UE procuraria uma solução global para a crise na Cúpula do G20 em abril do mesmo ano. Capturando este espírito, em discurso de 20 de março, o presidente da Comissão José Manuel Durão Barroso declarou: “Devemos enviar um forte sinal a cidadãos, empresários e à comunidade global, de que há uma saída desta crise econômica. A Europa tem a unidade, a confiança e a determinação necessárias para vencer esta batalha.”

O discurso de Durão Barroso destacava a unidade do bloco como chave para confrontar e resolver a crise. Seguindo este raciocínio, o Conselho enfatizou que ações planejadas e coordenadas seriam essenciais para a recuperação europeia (Conselho Europeu, 19/03/2009). Os líderes da UE concordaram em acelerar os acordos sobre propostas legislativas pendentes sobre o setor financeiro e definiram a posição europeia para a Cúpula do G20 em Londres, do dia 2 de abril. Já naquele momento, ainda que contra a vontade de muitos,

a crise começara a forçar a UE em direção a uma atuação mais coordenada e a estabelecer as bases de novas etapas de uma maior integração. Concomitantemente, a Comissão sugeria novas e ambiciosas reformas para a arquitetura dos comitês sobre serviços financeiros, introduzindo ideias sobre um Conselho Europeu de Risco Sistêmico (ESRC, na sigla em inglês) e um Sistema Europeu de Supervisores Financeiros (ESFS, em inglês), compostos por novas Autoridades Europeias de Supervisão<sup>3</sup>. O ESRC se encarregaria de supervisão “macro-prudencial”, monitorando e avaliando riscos à estabilidade do sistema financeiro e alertando sobre potenciais riscos sistêmicos. A criação do ESRC atenderia a uma das deficiências fundamentais reveladas pela crise, a exposição do sistema financeiro a riscos sistêmicos interconectados, complexos, setoriais e trans-setoriais.

O ESFS, por sua vez, estaria encarregado de supervisão “micro-prudencial”, ou seja, a supervisão de instituições financeiras individuais e atividades nos setores de valores bancários, seguros e fundos de pensão. Foi proposto que o ESFS fosse estabelecido com base em responsabilidades compartilhadas e mutuamente reforçadas, combinando a supervisão das empresas a nível nacional com tarefas específicas a nível europeu. Isto indicava o aviso da Comissão de que se deveria encontrar um equilíbrio entre os receios de perda de soberania nacional e a necessidade de enfrentar as causas e consequências da crise a nível regional. Foi, portanto, repetidamente enfatizado que o ESFS tentaria “harmonizar”, e não dirigir ou liderar, respeitando os princípios de parceria e subsidiariedade que regem os tratados constituintes.

O objetivo de maior coordenação era evidente ainda nas decisões do Conselho nas reuniões do Eurogrupo e do ECOFIN no final de 2009. Especificamente, o Conselho adotou conclusões sobre uma estratégia fiscal coordenada respeitando o Pacto de Estabilidade e Crescimento (PEC) e estabeleceu 2011 como data início da consolidação fiscal, além de alcançar um acordo geral sobre a criação do ESRC (23/09/2009) e três novas autoridades de supervisão, para mercados de valores, seguros e bancários<sup>4</sup>, com início das operações marcadas para 2010 (Conselho Europeu, 01/12/2009)

3 Commission Communication “European financial supervision” COM(2009) 252

4 A Autoridade Europeia de Supervisão dos Mercados de Valores Mobiliários (ESMA), a Autoridade Europeia de Seguros e Planos de Pensões (EIOPA), e a Autoridade Bancária Europeia (EBA, em inglês), respectivamente.

Em novembro de 2009, líderes europeus já se sentiam otimistas o suficiente para declarar que “meses recentes viram significativa melhora na situação econômica e nas condições financeiras”. No entanto, mesmo que a ação unificada e coordenada tivesse reforçado a confiança na capacidade da UE de enfrentar a crise, no final de 2009 a manifestação da crise da dívida grega trouxe consigo novas dúvidas, não apenas sobre a recuperação europeia, mas também sobre a viabilidade do euro e, conseqüentemente, sobre o futuro da integração europeia.

### **A Grécia no centro das atenções**

O que tem se denominado a crise econômica grega tomou dimensões dramáticas no fim de 2009 e começo de 2010. Em outubro de 2009, o recém-eleito governo socialista, liderado pelo primeiro-ministro George Papandreou, revelou que a dívida pública do país correspondia a 12,7% do PIB, mais do que o dobro do valor previamente estimado (cerca de 6%). Isto catalisou um episódio espetacular de perda de confiança nos mercados ao redor do globo. Agências de *rating* abaixaram as notas de crédito do país, e o governo grego, que já tinha dificuldades em pagar a dívida de US\$ 300 bilhões deixada pelos governos anteriores, enfrentaria ainda uma alta repentina nos juros. A combinação de enorme déficit e uma dívida acumulada somando 115.1% do PIB – ou seja, mais do que um ano do produto nacional – não somente ameaçava a estabilidade macroeconômica da Grécia, como também demonstrava o quanto o país havia se afastado da média regional e dos critérios estabelecidos em Maastricht. Ainda que vários outros países europeus também tivessem problemas com suas dívidas acumuladas, a situação grega era incomparável.

Já se admite que a Comissão e o Banco Central Europeu estavam parcialmente cientes da situação grega, porém isto não havia sido anunciado, e ninguém previa a dimensão real do problema (Tsoukalis, 2011). A coincidência entre a revelação da crise grega, a tensão global sobre mercados financeiros e altas dívidas soberanas contribuiu para suas conseqüências desastrosas. Assim, de acordo com Tsoukalis, a crise grega pode ser descrita como possuindo três ângulos: o déficit público; o déficit de competitividade; e o déficit de credibilidade.

O estado da economia grega fez necessária uma combinação de medidas de austeridade domesticamente e, inevitavelmente, ajuda financeira externa –

de membros da UE e outros credores. Em suas conclusões de janeiro (18-19/01/2011) sobre déficits públicos e estatísticas da dívida na Grécia, o ECOFIN urgiu ao governo grego que resolvesse certos problemas pendentes. A reação inicial da Comissão foi imediatamente pressionar o governo socialista grego, do partido PASOK, a adotar medidas severas. No entanto, isto se mostrou politicamente muito difícil, uma vez que – desconhecendo o estado das contas públicas – o partido havia sido eleito com um mandato muito diferente, baseado no famoso discurso de Papandreou de que “há dinheiro” (*To Vima*, 02/08/2009) e que este seria usado para aumentar o orçamento de programas sociais (Tsoukalis, 2011).

Seguindo o mesmo espírito de coordenação que havia vigorado durante a crise, líderes do bloco comprometeram-se a adotar políticas “determinadas” e “coordenadas” para prevenir um calote grego e garantir a estabilidade do euro. Cumprindo as sugestões da Comissão, em fevereiro de 2010, o governo grego apresentou o plano de estabilidade atualizado, que visava à redução do déficit para menos de 3% do PIB até 2012, valor aceito pelo Conselho. A implementação destas medidas seria monitorada de perto pelo Conselho, por meio da submissão de relatórios bimestrais – e posteriormente, trimestrais – por parte do governo grego. O presidente do Conselho, Herman Van Rompuy, anunciou que a supervisão do Pacto de Estabilidade seria feita trilateralmente pelo Conselho Europeu, pelo BCE e pela Comissão, com auxílio técnico do FMI. Em debates públicos e políticos na Grécia, a ideia de ser sujeito a um escrutínio tão rigoroso por parte de monitores externos gerou discussões acaloradas sobre perda de soberania e “submissão” a potências estrangeiras. Na mídia, referências à UE começavam a tomar a forma de discursos de “nós vs. eles”, com expressões como “os inspetores europeus” (*Ta Nea*, 11/02/2010). Na política nacional, a admissão deste monitoramento pela Troika era crescentemente utilizada por líderes da oposição, como Alexis Tsipras (SYRIZA, Coalizão da Esquerda Radical), para acusar o governo grego de conspirar com estrangeiros na adoção de medidas prejudiciais à classe média do país (*BBC*, 30/04/2010).

Ademais, críticas sobre a irresponsabilidade grega em outros países-membro da UE afetaram negativamente as relações bilaterais no bloco, sobretudo entre Grécia e Alemanha. Durante as negociações diplomáticas, em fevereiro de 2010, a revista alemã *Focus* publicou um artigo acrimonioso sobre a Grécia intitulado “Enganadores na família europeia”. A vasta maioria dos for-



madores de opinião gregos rechaçou o artigo como sendo provocativo e considerou sua publicação um grave insulto à história e à cultura gregas e uma tentativa de destruir o já abatido prestígio do país. Várias figuras políticas, incluindo o prefeito de Atenas, Nikitas Kaklamanis, contataram pessoalmente a chanceler alemã Angela Merkel, culpando a Alemanha pelos desastres da Segunda Guerra Mundial, que afetam a Grécia até o presente (*Kathimerini*, 22/02/2010).

Apesar dos desentendimentos, ao passo que as medidas de austeridade começaram a serem empregadas, líderes europeus gradualmente reconheceram, pelo menos implicitamente, que a Grécia não conseguiria resolver seus problemas sozinha. Logo, discussões sobre um plano de resgate, incluindo auxílio e possivelmente reestruturação da dívida grega, se tornaram prioridades na agenda do Conselho. Ao mesmo tempo, percebia-se o quanto as economias da zona do euro estavam interligadas, e a possibilidade do transbordamento da crise para outros países europeus, e mostrava-se forçoso o estabelecimento de um mecanismo permanente, institucionalizado, para monitorar, prevenir e responder a crises na zona do euro. De acordo com uma fonte da UE, “*O que precisamos é o mesmo tipo de mecanismo que impusemos à Grécia para monitorar e investigar países da zona do euro. A ideia é colocar todas as economias europeias sob vigilância*” (*Independent*, 10/02/2010).

Com isto em mente, durante a reunião de primavera do Conselho Europeu, estados-membro da zona do euro afirmaram que estariam prontos para contribuir com empréstimos bilaterais coordenados, como parte de um pacote que incluía recursos consideráveis do FMI e, mormente, de países europeus (Council Conclusions 25/03/2010). Com isto, ministros de finanças do bloco finalmente haviam chegando a um consenso sobre os principais contornos de um plano de ajuda emergencial ao fim de Março. Em 11 de abril, líderes do Eurogrupo, sob presidência de Jean-Claude Juncker, aprovaram a operacionalização de um mecanismo de resgate para a Grécia, a se somar aos empréstimos do FMI. De acordo com os termos do programa de três anos do mecanismo, no primeiro ano os países da zona do euro ofereceriam empréstimos não concessionais totalizando até €30 bilhões. A Comissão Europeia concentraria os empréstimos como parte do pacote incluindo recursos do FMI e implementaria um programa conjunto com o BCE, o FMI e as autoridades gregas.

## Irlanda e Portugal seguindo a Grécia?

A Grécia foi o primeiro país europeu a buscar assistência do FMI. Para alguns, o caso grego significava que “o sistema econômico do pós-guerra estabelecido na Europa estava ruindo” (Lynn, 2011, p.2). Pouco depois da Grécia, a Irlanda aceitou um pacote de resgate da UE e do FMI, e no começo de 2011 Portugal estava prestes a buscar ajuda do FMI. Alguns analistas sugerem que havia uma dúzia de países com quem os corretores de títulos poderiam ter implicado (Lynn, 2011). No entanto, uma série de motivos levou com que os especuladores mirassem primeiro na Grécia e subsequentemente na Irlanda e em Portugal. Estes países se mostraram os mais fracos da zona do euro, cada um com diferentes, porém relacionados, problemas, enfrentando severos desafios econômicos e ameaçando a unidade e robustez do projeto econômico europeu. Todos os três perderam competitividade depois de 1999, observando preços e salários aumentarem mais rápido do que a média do bloco e sendo incapazes de desvalorizar seus câmbios devido à adoção do euro. Os sintomas variavam entre os países. Na Grécia, importações baratas inundavam o país, acumulando enormes déficits de conta corrente. As contas públicas gregas eram sem dúvida as mais deterioradas.

A Irlanda passou por uma expansão de crédito talvez mais desastrosa do que a americana ou a inglesa. Empréstimos bancários eram desproporcionalmente voltados a hipotecas e construção. Portugal, por outro lado, parecia ter exaurido os benefícios do euro mesmo antes de sua criação. O *boom* português na segunda metade dos anos 1990 foi causado por uma redução drástica nos custos de capital, baseada na simples expectativa da adoção do euro. O aumento acelerado dos salários tornou cada vez mais difícil que empresas locais competissem com rivais estrangeiras. As economias emergentes do Leste Europeu e da Ásia agravaram a deterioração da vantagem portuguesa na produção de baixo custo. Com um déficit público que se chegava a quase 10% do PIB e uma dívida de quase 80% do PIB em 2009 (IMF WEO, 2010), Portugal estava entre os primeiros na lista dos países “problemáticos” da zona do euro.

Em sequência à crise grega, em 22 de novembro de 2010, a Irlanda foi forçada a aceitar um resgate da UE e do FMI. Isto causou o colapso da coalizão governista e levou o país a eleições antecipadas no começo de 2011. O moral nacional estava abatido e muitos irlandeses viam a chegada da missão do FMI ao país como um momento de humilhação nacional, se assemelhando às

reclamações gregas sobre “inspetores estrangeiros”. Mary Lou McDonald, do Sinn Fein, disse publicamente que o povo irlandês deveria “mandar o FMI se catar” (*Independent*, 20/11/2010). Cidadãos participaram de numerosas demonstrações contra um sistema político e financeiro que se percebia como falido. Apesar do notável “euroceticismo” britânico, o primeiro-ministro do Reino Unido notou: “nossos sistemas bancários estão interligados, nossas finanças e economias estão muito interligados, então é claro que estaremos prontos para ajudar...” (*The Telegraph*, 22/11/2010), oferecendo apoio a esforços de coordenação.

Tentando escapar dos destinos grego e irlandês, o governo português reagiu à sua própria situação de “alto risco”, implementando medidas de austeridade drásticas e realizando um leilão de títulos em janeiro de 2011. A medida inicialmente teve os resultados desejados, porém a altos custos políticos. Mesmo imediatamente após o leilão, analistas indicavam que esta solução seria insustentável para um país com níveis altos, e crescentes, de dívida pública. A não ser que os custos de empréstimos despencassem, Portugal eventualmente precisaria de um resgate europeu e do FMI (*Economist*, 15/01/2011). O jornal português *Publico* comentou que “somente um milagre nos salvará do FMI”, enquanto o Deutsche Bank sugeriu que mais cedo ou mais tarde Lisboa teria de recorrer a ajuda externa. Esta ajuda, estimada em cerca de €60 bilhões, era percebida por alguns como um “escudo” para a Espanha, uma forma de prevenir que a mesma situação se replicasse naquele país, cujo tamanho impossibilitava o mesmo tipo de solução oferecida pela zona do euro (*Kerdos* 19/01/2011). Politicamente, a insatisfação da população e da oposição levou à renúncia do primeiro-ministro José Sócrates, em março de 2011.

## Rumo à Governança Econômica Europeia

Enquanto Grécia, Irlanda e Portugal – que somadas à Espanha, vieram a ser conhecidas como PIGS, os países prováveis a ser as próximas vítimas da crise – batalhavam internamente, o prolongamento da crise e seus efeitos prejudiciais na zona do euro alertaram líderes europeus para a necessidade de “uma mudança fundamental na governança econômica europeia” (Conclusões, 28-29/10/2010). Para este fim, o Conselho aprovou o relatório da Força Tarefa sobre Governança Econômica, que visava reforçar o pilar econômico da União Econômica e Monetária (EMU, na sigla em inglês) ao “aumentar a disciplina

orçamental, alargar a supervisão econômica e aprofundar a coordenação”. Chefes de estado e de governo concordaram também sobre a necessidade de um mecanismo permanente para salvaguardar a estabilidade da zona do euro, e convidaram o presidente do Conselho Europeu a consultar os membros do Conselho a respeito de uma alteração limitada no tratado para este propósito.

Ao final de 2010, a UE estava em busca de US\$ 3 trilhões para ajudar as economias mais fracas do bloco e a própria sobrevivência do euro. Grécia e Irlanda já haviam recebido €200 bilhões e Portugal provavelmente precisaria receber ainda outros €60 bilhões. O Nobel de economia Joseph Stiglitz advertiu que a existência do euro estaria ameaçada caso a Europa não aumentasse a quantia direcionada a aliviar as dívidas nacionais de seus membros (Stiglitz, 2011).

Apesar de previsões sombrias para o futuro do euro – ou, talvez, por causa destas – a UE continuou a pressionar por uma resposta coordenada e unida para a crise. Na reunião do Conselho dos dias 16 e 17 de dezembro de 2010, à sombra da crise e da possibilidade de que Portugal e Espanha seguissem o mesmo caminho que a Grécia, líderes europeus expressaram sua determinação de proceder com a reforma do Tratado de Lisboa para construir um mecanismo permanente para encarar a crise. A reunião de dezembro foi a sétima do ano, o que por si só refletia a magnitude dos desafios enfrentados pela União em 2010. A crise era o principal tópico das discussões do órgão.

O Mecanismo de Estabilidade Europeu (ESM, em inglês), que deve se tornar operacional em 2013 substituindo o EFSE, seria diferente das provisões existentes por ser permanente e institucionalizado. O ESM seria introduzido por meio de uma emenda limitada ao Tratado, que precisaria ser aprovada formalmente por todos os membros da UE de acordo com seus respectivos requisitos constitucionais. O Mecanismo seria ativado quando necessário em benefício da zona do euro, definiria os termos da ajuda econômica baseado em políticas de austeridade, e trabalharia junto ao FMI.<sup>5</sup> Ao adotar tal mecanis-

5 Ver Article 136 (TFEU) Chapter 4, “Provisions specific to Member States whose currency is the euro”:

1. In order to ensure the proper functioning of economic and monetary union, and in accordance with the relevant provisions of the Treaties, the Council shall, in accordance with the relevant procedure from among those referred to in Articles 121 and 126, with the exception of the procedure set out in Article 126(14), adopt measures specific to those Member States whose currency is the euro: (*continua*)

mo, a UE abandonaria a cláusula de não-corresponsabilidade financeira presente no Tratado da União Europeia em Maastricht (1992).<sup>6</sup> O ESM iria, ao contrário, ajudar países em dificuldades financeiras, em combinação com um programa rígido de ajuste econômico e fiscal. A crescente interdependência gerada pelo ESM confirmava a expectativa neofuncionalista de que integração em uma área geraria “spill-overs”, i.e. transbordaria, para outras áreas (Kazakos, 2010). Portanto, curiosamente, a crise provocou maior integração, ainda que uma integração por necessidade, e não por vontade (Tsoukalis, 2011). Enquanto o ESM marcou o primeiro passo institucionalizado em direção a governança econômica europeia, por ser possível ativá-lo apenas mediante comum acordo por parte dos países-membro e somente “em casos nos quais a estabilidade da zona do euro como um todo estiver ameaçada”, o mecanismo cria uma governança diferenciada que cobre apenas a zona do euro, e não todos os 27 membros da UE. Entre outras preocupações, isto gerou debates sobre uma Europa com duas velocidades, incomodando os países de fora da zona do euro (Economist, 03/2011).

Coincidindo com as decisões sobre o ESM, o Conselho Diretor do BCE decidiu aumentar seu capital em 75 bilhões, o primeiro aumento geral em seus doze anos de existência (BCE, 16/12/2010). A clara divisão entre membros e não-membros do euro também estava prevista na contribuição ao capital do BCE, com bancos centrais de países não membros contribuindo percentagens menores às operações do BCE. Outro mecanismo de governança econômica foi criado na mesma época: o ESRC, um órgão independente da UE chefiado pelo presidente do BCE e responsável pela prevenção de riscos sistêmicos à estabilidade financeira da UE e pelo funcionamento tranquilo do mercado interno.

Vista como mais uma etapa da integração, as iniciativas de governança econômica inevitavelmente ressuscitaram debates e desafios perenes relativos à integração europeia: o paradoxo franco-germânico de cooperação competitiva, os esforços britânicos para ser influente sem participar integralmente, questões

---

(*continuação*) (a) to strengthen the coordination and surveillance of their budgetary discipline;

(b) to set out economic policy guidelines for them, while ensuring that they are compatible with those adopted for the whole of the Union and are kept under surveillance.

2. For those measures set out in paragraph 1, only members of the Council representing Member States whose currency is the euro shall take part in the vote.

6 Artigo 125º do TFUE

sobre divisões norte/sul, ricos/pobres, e membros/não-membros do euro. Muito sugestivas foram as diversas reações de membros do bloco à proposta franco-germânica de um “pacto de competitividade em fevereiro de 2011”. Estes e outros assuntos relacionados são analisados na sessão final a seguir.

## A CRISE E A INTERGRAÇÃO EUROPEIA: DEBATES, RISCOS E DESAFIOS

A literatura sobre os efeitos de crises na Integração Europeia levou acadêmicos a argumentar, de maneira deveras contra intuitiva, que crises tendem a fazer avançar a integração (Handely 1981; Tsoukalis 1992, Scmitter 2011). Já em 1981, e apesar de considerar a protelação de esforços de integração durante a crise econômica dos anos 1970, Handley apresenta evidências de que resoluções coletivas de crises dão força a discursos de uma identidade comum europeia junto ao público europeu. Dessa maneira, o autor propõe uma vinculação entre crise, identidade e integração.

A crise atual, todavia, coloca sérios desafios e dúvidas quanto à coesão e integração futura da União. Dois fatores contribuíram para tanto: (a) uma distribuição desigual de seus impactos e (b) os três níveis diferentes nos quais as soluções foram buscadas – no nacional, na zona do euro e na UE como um todo. Estas divisões desencadearam debates não apenas sobre as possibilidades de integração futura, mas também sobre o formato que tal integração irá assumir. As sessões seguintes são uma tentativa de distinguir as preocupações presentes nestes debates.

### O poder do eixo franco-alemão

Como Desmon Dinan aponta em sua obra, a história da integração europeia nunca foi tranquila. Ao contrário, como os intergovernamentalistas liberais dizem há tempos, por de trás da decisão de integrar-se – ou de integrar-se ainda mais, nesse caso – com frequência existem barganhas, diferenças de opinião e disputas de poder entre estados-membro. Conclusões do Conselho, sob essa ótica, são vistas como resultado de barganha e não como empreendedorismo supranacional, socialização ou efeitos da criação de identidade e solidariedade entre europeus. Nesse contexto, a decisão de responder a crise com avanços no sentido de governança mais integrada na zona do euro pode ser entendida como consequência das disputas entre membros da UE e como

resultado de pressões do eixo franco-alemão. De fato, a pressão mais forte por uma mudança no Tratado de Lisboa, para criar um mecanismo novo de gerenciamento de crise e ajuda a países em dificuldades financeiras, veio de uma frente unida já em outubro de 2010. A inclusão de sanções na forma de suspensão dos direitos de votação para estados-membro “desprezando regras da UE” no pacto franco-alemão levou vários outros membros da UE, e a própria Comissão, a reagir. Isso, por sua vez, destacou os desentendimentos internos, levando o chanceler alemão a dizer ao Bundestag: *“É verdade que um acordo franco-alemão não é tudo na Europa. Todavia, também é verdade que sem um acordo franco-alemão muitas coisas não acontecem”*. (Spiegel, 27/10/2010)

O “pacto de competitividade” franco-alemão, um plano para maior cooperação econômica que envolvia conferências exclusivas para a zona do euro, ficou famoso por causar reclamações múltiplas de países que não são membros da união monetária. O primeiro ministro polonês, Donald Tusk, acusou os líderes franceses e alemães de tentar dividir a UE e humilhar os países de fora do euro (Economist, 12-18/03/2011). A própria Comissão expressou dúvidas severas quanto ao plano, que em sua proposta inicial seria supervisionado pelos governos nacionais, dando ao mesmo uma característica completamente intergovernamental. O pacto foi aprovado apenas depois de assegurar um papel muito mais substancial para a Comissão e de ser renomeado como “pacto para o euro”.<sup>7</sup>

## Europa dividida?

Como mencionado acima, discussões a respeito da divisão da Europa enfatizam em dois conjuntos de problemas: os incluídos e excluídos da zona do euro e as disparidades econômicas que tomaram uma dimensão norte/sul, com exceção da Irlanda. Já foi argumentado que, desde sua origem, a UME foi vista por vezes como instrumental na criação de uma Europa de dois níveis, dividindo a UE em membros do centro e periferia (Bayoumi 1992, Garrett 1993). Não obstante, a falta de uma política econômica comum para os membros da zona do euro mitigou preocupações sobre um dramático diferencial entre incluídos e excluídos. A construção da governança econômica europeia trouxe essas preocupações de volta à superfície.

7 Ver: [http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms\\_Data/docs/pressdata/en/ec/119809.pdf](http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_Data/docs/pressdata/en/ec/119809.pdf)

O segundo conjunto de problemas, que era essencialmente quantitativo, gradualmente transformou-se em questões discursivas e ideacionais. Por um lado, estados como Grécia, Irlanda e Portugal, todos situados na periferia europeia e sofrendo de fragilidades econômicas e sociais, foram forçados a redefinir suas relações com líderes europeus e suas contrapartes mais ricas. A percepção de si mesmos como membros mais fracos da família europeia foi evidenciada no ressentimento expresso na mídia e na esfera pública, e por tentativas – pela Grécia até março de 2010, e por Portugal até março de 2011 – de solucionar a crise em grande parte baseadas em meios domésticos, evitando pacotes de ajuda de outros membros da UE. Como Van Rompuy afirmou, um dos problemas foi que a Grécia só pediu ajuda depois de três meses (18/07/2010).

Por outro lado, um dos principais argumentos dos formadores de opinião gregos contra a resposta europeia para a crise foi a demora e relutância na adoção de um plano de resgate. Eles argumentaram que a solidariedade europeia, assim como a capacidade da UE de tomar ações rápidas e eficientes, foram gravemente testadas pela crise na Grécia e, infelizmente, falharam no teste. Eles enfatizam que a UE foi tomada de surpresa pela seriedade da situação em parte porque não possuía um mecanismo imediato e efetivo para lidar com esse tipo de crise, e em parte pela falta de consenso e vontade política. Angela Merkel há tempos resiste a empréstimos de emergência, ainda mais pela feroz oposição pública na Alemanha ao resgate antes de uma eleição chave em 9 de maio no estado de Nordrhein-Westfalen. Contudo, a relutância alemã não foi a única culpada. A extensão e a dureza das negociações ressaltaram os diferentes interesses nacionais dentro da UE e a relutância em priorizar a União sobre esses interesses. Ao mesmo tempo, a crise da dívida grega evidenciou os problemas de uma união monetária sem governança econômica supranacional, e a necessidade de construção desta última de maneira a evitar danos futuros à moeda comum e ao mercado europeu. Assim, enquanto interesses nacionais vieram à tona, a necessidade de mais integração apareceu como a única maneira de avançar.

Ao mesmo tempo, as crises enfrentadas pelos PIGS afetaram a maneira pela qual o restante da Europa os vê. A eterna disputa entre credores líquidos e recebedores líquidos dentro da UE parece ter sido exacerbada pelos desafios econômicos postos pela crise. Assim, como Tsoukalis aponta, a crise está testando não apenas a coesão, mas também a solidariedade da UE. “Estranhamente”, ele continua, “isso pode levar a mais integração, porque quando se trata da crise os alemães vão ter que enfrentar o risco à sobrevivência do euro,



que é do interesse deles. Então a crise está levando a integração, mas integração sem apetite, integração por necessidade”, isto é, integração para prevenir desintegração (Tsoukalis 2011).

Enquanto o teste da solidariedade está em andamento, a movimentação pela arquitetura de uma governança econômica europeia e o apaziguamento dos debates sobre a saída da Grécia do euro (o que a permitiria renacionalizar sua política monetária e utilizar instrumentos tracionais para enfrentar a crise, como desvalorização da moeda, Open Europe, 02/2011) sugerem que – de bom grado ou não – a UE defendeu seus membros. No momento da conclusão deste capítulo, cenários sobre o fim do euro foram deixados para trás e o consenso parece ser que, uma vez mais, a UE como um todo irá construir a solução para esta crise.

### Relações exteriores

É importante ressaltar que a crise também teve impacto na percepção da UE e da UME como modelos de integração regional e monetária, respectivamente. É indicativo o fato de que entre estados-membro da ASEAN, que tradicionalmente usam a UE como ponto de referência, a crise na Europa começa a ser usada como argumento contrário a iniciativas de integração monetária (IDIS, 2010). Na América do Sul, onde o modelo da UE é constantemente usado para enfatizar os benefícios do regionalismo (Lenz, 2008), discursos sobre o declínio do poder europeu tem aparecido como um contra-argumento (Lazarou, 2011).

Ao mesmo tempo, enquanto a Europa luta pela busca da menos dolorosa e mais construtiva solução para a crise, e pela preservação da governança supranacional, outro ator continua a aparecer com mais e mais frequência no contexto europeu: Pequim. Desde o início da crise, a China tem aumentado sua participação na dívida de países europeus, incluindo recentemente a Espanha. Com as maiores reservas em moeda estrangeira no mundo<sup>8</sup>, a China atrai políticos e líderes corporativos europeus como uma considerável fonte de investimentos. Além disso, a ênfase em “acreditar no potencial da Europa de sair da crise”, presente no discurso da política externa chinesa, tem ajudado a

8 US\$ 2,648 trilhões no final de setembro, de acordo com o *The Wall Street Journal*. (07/01/2011, “EU Aims to Seal Deal with Beijing”)

promover as relações entre as duas regiões (Kerdos 01/2011). Seria seguro dizer que, como resultado da crise, a China tornou-se um parceiro político estratégico para a Europa, fato que é até refletido nas discussões bilaterais para a remodelação da governança monetária global.

## CONCLUSÃO

Em 1993, logo após a assinatura do Tratado de Maastricht, o professor da Universidade de Oxford, Loukas Tsoukalis, criticou o novo tratado por não criar nenhuma instituição para a coordenação de políticas fiscais, como escreveu em seu agora famoso livro *The New European Economy*:

*“O novo acordo deixou várias questões importantes sem resposta (...) elas se referem aos custos e benefícios da UME em uma comunidade que ainda é caracterizada pelo alto nível de diversidade econômica e relativamente limitada coesão política, e também em uma Comunidade onde as instituições políticas estão muito aquém das ambições econômicas”* (Tsoukalis, 1993: 227).

Críticos da UME argumentavam repetidamente à época que uma união monetária requereria um sistema político europeu muito mais desenvolvido para ser efetivamente gerenciada. Embora a UE tenha amadurecido politicamente desde então, o impacto da crise financeira demonstrou que o progresso feito não foi suficiente. No cenário mais otimista, a crise agora desencadeia os próximos passos da integração europeia, no sentido de um sistema político com maior capacidade de governança econômica. Nas visões mais céticas, a crise poderia sinalizar a falha de adaptação do projeto de unificação ao ambiente global.

A cada dez anos a UE estabelece uma agenda para ser cumprida em uma década. Em 2000, a agenda negociada em Lisboa (mais conhecida como a Estratégia de Lisboa) se propôs a tornar a UE “a mais competitiva e dinâmica economia de conhecimento no mundo”. Em 2009, sucessivas presidências da UE (Suécia primeiro, seguido pela Espanha) admitiram a falha desta visão. Dado o estado presente da economia, a estratégia para a próxima década, a “UE 2020”, identificou como principal objetivo uma governança econômica mais forte. Não obstante, como a crise demonstrou, apenas por meio de união política isso será alcançado.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Dowling, S. "There is a dangerous economic imbalance in Europe". *Der Spiegel Online International*, Berlim, 27 de outubro de 2010. Disponível em: <http://www.spiegel.de/international/europe/0,1518,725639,00.html>. Acesso em 20 de janeiro de 2011

Bayoumi, T., Eichengreen, B. Shocking aspects of European monetary unification. National Bureau of Economic Research, working paper n. 3949, Janeiro de 1992.

Garrett, G. The Politics of Maastricht. In: *Economics & Politics*, v.5: p. 105–123. doi: 10.1111/j.1468-0343.1993.tb00070.

O'Grady, S., Mock, V. EU President's secret bid for economic power. *The Independent*, Londres, 10 de fevereiro de 2010. Disponível em: <http://www.independent.co.uk/news/world/europe/eu-presidents-secret-bid-for-economic-power-1894549.html>. Acesso em 04 de março de 2011

[Sem Autor] Greeks warned of austerity measures ahead. *BBC News Business*, Londres, 30 de abril de 2010. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/news/10093758> Acesso em 20 de fevereiro de 2011

Miller, V. Amending the EU Treaty: The European Stability Mecanism. In: House of Commons Library, SN/IA/5812. Londres, 21 de dezembro de 2010. Disponível em: <http://www.parliament.uk/briefingpapers/commons/lib/research/briefings/snia-05812.pdf> Acesso em 6 de fevereiro de 2011

Hammill, N. (2010) EU Treaty amendments proposed less than a year after Lisbon is implemented. In: Civitas. Disponível em: <http://www.civitas.org.uk/wordpress/2010/10/21/eu-treaty-amendments-proposed-less-than-a-year-after-lisbon-is-implemented/> Acesso em 30/01/2011

Tsoulakis, L., *The New European Economy - The Politics and Economics of Integration*, Oxford University Press, Oxford, 1991.

Handley, D. H. Public Opinion and European Integration: The Crisis of the 1970s. *European Journal of Political Research*, vol.9.4, p. 335-364, 1981

Tsoulakis, L. (2011) *Interview, January 6, 2011*.

Schmitter, P. "The Future of Democracy in Europe". Lecture given at the Fundacao Getulio Vargas, Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2011.

"Economic Crisis in Europe: Causes, Consequences and Responses". *European Economy 7*. European Commission, Brussels. September 2009.

Van Rompuy, H. Breakfast Speech to the Brazilian Bankers' Association. In: European Council PCE 167/10. São Paulo, Brasil. 16 de julho de 2010

Arriaga e Cunha, I. Franca e Alemanha voltam a carga com exigência de alterar Tratado de Lisboa. *Publico*, Bruxelas, 28 de novembro de 2010

[Sem autor] "A Greek Restructuring: Will it end the Eurozone Debt crisis?" *Open Europe* Briefing Notes, 2 February 2011.

Kazakos, Panos. "Decisions in the Shadow of the crisis" *Evropaïkes exelixeis* 67, December 2010.

Dinan, D. Ever Closer Union? *An Introduction to the European Community*. Terceira Edição. Boulder: Lynne Rienner. Laursen, Finn. 1994

Lynn, M. Bust: *Greece, the Euro and the Sovereign Debt Crisis*. New Jersey: Jonh Wiley and Sons, Inc. 2011

Lazarou, E. A Model in Crisis? *Effects of the Crisis in Europe on the Influence of the EU as a Model for Regional Integration in South America*. Paper presented at the annual meeting of the International Studies Association Annual Conference "Global Governance: Political Authority in Transition", Montreal, Quebec, Canada, Mar. 16, 2011

Lenz, T. Problematizing the EU's Model Export to Mercosur: *Strategies and Motivations*. Paper presented at the annual meeting of the ISA's 49th Annual Convention, Bridging Multiple Divides, San Francisco, CA, USA, 26 de Março de 2008

Haas, E. *The Uniting of Europe*. Stanford: Stanford Univ. Press, 1958.

Relatório De Larosière, Bruxelas, 29 de Fevereiro de 2009. Disponível em [http://ec.europa.eu/internal\\_market/finances/docs/de\\_larosiere\\_report\\_en.pdf](http://ec.europa.eu/internal_market/finances/docs/de_larosiere_report_en.pdf) Acesso em 28 de fevereiro de 2011

[Sem autor] Can Angela Merkel hold Europe together? *The Economist*. Londres, março de 2011 Disponível em <http://www.economist.com/node/18332786> Acesso em 01 de abril de 2011

[Sem autor] The government's unnoticed Europe crisis. *The Economist*. Londres, março de 2011. Disponível em [http://www.economist.com/blogs/bagehot/2011/03/britain\\_and\\_eu](http://www.economist.com/blogs/bagehot/2011/03/britain_and_eu) Acesso em 01 de abril de 2011

[Sem autor] Debt Crisis Woes; Merkel's Reputation on the Decline in Europe. *Spiegel Online International*, 26 de Novembro de 2010 Disponível em: <http://www.spiegel.de/international/germany/0,1518,731350,00.html> Acesso em 28/02/2011

## Imprensa

*To Kerdos*, 18/01/2011; 19/01/2011;13/01/2011;08/10/2010

*To Vima*, 02/08/2009

*Ta Nea*, 11/02/2010

*BBC*, 30/04/2010

*Kathimerini*, 22/02/2010

*Independent*, 10/02/2010; 20/11/2010

*The Wall Street Journal*. (07/01/2011)

*Kerdos* 01/2011

*Economist*, 15/01/2011

*The Telegraph*, 22/11/2010

## Sites importantes

Economic Crisis in Europe: Causes, consequences and responses. European Commission Economic and Financial Affairs, 2009. Disponível em: [http://ec.europa.eu/economy\\_finance/publications/publication15887\\_en.pdf](http://ec.europa.eu/economy_finance/publications/publication15887_en.pdf) Acesso em: 30 de janeiro de 2011

Communication for the Spring European Council: driving European recovery. Bruxelas, 2009. Disponível em: <http://eurlex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2009:0114:FIN:EN:PDF> Acesso em: 13 de fevereiro de 2011

The financial and Economic Crisis: a chronological overview. European Commission Economic and Financial Affairs, 2010. Disponível em: [http://ec.europa.eu/economy\\_finance/focuson/crisis/2010-05\\_en.htm](http://ec.europa.eu/economy_finance/focuson/crisis/2010-05_en.htm) Acesso em 25 de fevereiro de 2011

Collignon, S. Democratic Requirements for a European Economic Government. International Policy Analysis, Friedrich Ebert Stiftung, 2010. Disponível em: <http://library.fes.de/pdf-files/id/ipa/07710.pdf> Acesso em 28 de fevereiro de 2011

Europe in crisis: A critique of the EU's failure to respond. EuroMemorandum, 2009-2010. Disponível em: <http://www.lwbooks.co.uk/ebooks/EUROMEMORANDUM%202009-2010.pdf> Acesso em: 20 de fevereiro de 2011

The financial crisis in Europe. Stratfor Global Intelligence, 2008. Disponível em: [http://www.stratfor.com/analysis/20081012\\_financial\\_crisis\\_europe](http://www.stratfor.com/analysis/20081012_financial_crisis_europe): Acesso em 14 de março de 2011

Grauwe, P. A mechanism of self-destruction of the Eurozone. *Economic Policy*, CEPS commentaries, 2010. Disponível em: <http://www.ceps.eu/book/mechanism-self-destruction-eurozone> Acesso em 15 de março 2011

Ayadi, R. Diversity in European Banking: Why does it matter? In: *Financial markets*, CEPS commentaries, 2010. Disponível em: <http://www.ceps.eu/book/diversity-european-banking-why-does-it-matter>: Acesso em 22 de fevereiro de 2011

Roth, F. Has the financial crisis spurred demand for stronger state regulation? In: *Economic Policy*, CEPS working documents, 2010. Disponível em: <http://www.ceps.eu/book/has-financial-crisis-spurred-demand-stronger-state-regulation>: Acesso em 23 de fevereiro de 2011

Gros, D. Europe's banks, Europe's crisis. In: *Economic Policy*, CEPS commentaries, 2010. Disponível em: <http://www.ceps.eu/book/europes-banks-europes-crisis>: Acesso em 17 de fevereiro de 2011

Gros, D. Is financial failure an option in the EU? In: *Economic Policy*, CEPS commentaries, 2010. Disponível em: <http://www.ceps.eu/book/financial-failure-option-eu>: Acesso em 24 de fevereiro de 2011

Gros, D., Alcidi, C. The impact of crisis on the real economy. In: *Economic Policy*, CEPS Policy Briefs, 2010. Disponível em: <http://www.ceps.eu/book/impact-crisis-real-economy>: Acesso em 17 de fevereiro de 2011

Ayadi, R., Arbak, E., Schmidt, R., Valverde, S., Fernandez, F. Investigating diversity in the banking sector in Europe: The performance and role of saving banks. In: *Financial Markets*, CEPS paperbacks, 2009. Disponível em: <http://www.ceps.eu/book/investigating-diversity-banking-sector-europe-performance-and-role-savings-banks>: Acesso em 03 de março de 2011

Gros, D. Why Europe will suffer more. In: *Financial Markets*, CEPS Policy Briefs, 2009. Disponível em: <http://www.ceps.eu/book/why-europe-will-suffer-more>: Acesso em 15 de março de 2011

Ayadi, R., Balling, M., Lierman, F. Crisis management at crossroads: challenges facing cross border financial institutions at the EU level. In: *Financial Markets*, Externally Published Books, 2010. Disponível em: <http://www.ceps.eu/book/crisis-management-crossroads-challenges-facing-cross-border-financial-institutions-eu-level>: Acesso em 14 de março de 2011

Jackson, J. The financial crisis: Impact on and response by the European Union. In: *Congressional Research Service* 7-5700, 2009. Disponível em: [http://books.google.com.br/books?id=V75C0qUcbXMC&printsec=frontcover&dq=16.%09The+financial+crisis:+Impact+on+and+response+by+the+European+Union+\(James+Jackson\)-&hl=pt-br&ei=VMCUTd6CDOew0QGA1\\_WGDA&sa=X&oi=book\\_result&ct=result&resnum=1&ved=0CCYQ6AEwAA#v=onepage&q&f=false](http://books.google.com.br/books?id=V75C0qUcbXMC&printsec=frontcover&dq=16.%09The+financial+crisis:+Impact+on+and+response+by+the+European+Union+(James+Jackson)-&hl=pt-br&ei=VMCUTd6CDOew0QGA1_WGDA&sa=X&oi=book_result&ct=result&resnum=1&ved=0CCYQ6AEwAA#v=onepage&q&f=false) Acesso em 18 de março de 2011

Europe and the Financial Crisis-Pompeo Della Posta, Leila Simona Talani

Communication from the Commission to the European Parliament, the Council, the European Economic and Social Committee and the Committee of the Regions. Annual Growth Survey: Advancing the EU's comprehensive response to the crisis. In: European Commission, COM (2011) 11 final, Bruxelas, 12 de janeiro de 2010. Disponível em: [http://ec.europa.eu/europe2020/pdf/en\\_final.pdf](http://ec.europa.eu/europe2020/pdf/en_final.pdf): Acesso em 25 de fevereiro de 2011

Barysch, K. New Europe and the economic crisis. In: Centre for European Reform Briefing Note, Londres, fevereiro de 2010. Disponível em: [http://www.cer.org.uk/pdf/bnote\\_new\\_europe\\_feb09.pdf](http://www.cer.org.uk/pdf/bnote_new_europe_feb09.pdf): Acesso em 25 de fevereiro de 2011

[http://www.eppgroup.eu/Policies/cris/docs/Working%20Document%20No%208\\_Regina%20Bastos\\_EN.pdf](http://www.eppgroup.eu/Policies/cris/docs/Working%20Document%20No%208_Regina%20Bastos_EN.pdf): WORKING DOCUMENT N° 8 on "Economic Exit Strategies: Financial and Monetary aspects, SMEs, Innovation and New Opportunities for sustainable growth" Special Committee on the Financial, Economic and Social Crisis

Working Document N°1. "on the spread of the crisis to the real economy and on the EU's public finances". Contribution by: Alain Lamassoure-Special Committee on the Financial, Economical and Social Crisis. Disponível em: [http://www.eppgroup.eu/Policies/cris/docs/Working%20Document%20No%201\\_Alain%20Lamassoure\\_EN.pdf](http://www.eppgroup.eu/Policies/cris/docs/Working%20Document%20No%201_Alain%20Lamassoure_EN.pdf):

[Sem autor], "The Impact of the Crisis on the New Member States - Non-Eurozone New Member States"

[http://www.eppgroup.eu/Policies/cris/docs/Workshop\\_Ivanova\\_New%20Member%20States\\_Dec10\\_v2.pdf](http://www.eppgroup.eu/Policies/cris/docs/Workshop_Ivanova_New%20Member%20States_Dec10_v2.pdf): "The Impact of the Crisis on the New Member States - Non-Eurozone New Member States"